

AS FACES MODERNAS DA LEITURA: ENTRE O PRAZER DE LER, A MORALIZAÇÃO E A AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS (1920-1930)¹

Profa Dra Geisa Magela Veloso²

RESUMO: O artigo situa-se no âmbito da História Cultural e tem por objetivo discutir representações e práticas de alfabetização e de ensino da leitura nas décadas de 1920-30. As fontes documentais permitiram constatar duas abordagens recorrentes nos discursos dirigidos a pais e educadores. De um lado, há uma preocupação com o ensino inicial da leitura pela defesa de materiais e métodos capazes de ensinar a ler e escrever de forma eficiente, produtiva, rápida e inteligente. Por outro lado, há uma preocupação com as finalidades do ler, em que a leitura era tomada como um bem em si, por possibilitar o acesso a conhecimentos, a atualização do leitor, a inculcação de valores, o prazer e o entretenimento.

Palavras-chave: História da Educação. Leitura. Finalidades da Leitura. Alfabetização.

MODERN FACES OF READING: READING FOR PLEASURE, MORALIZATION AND KNOWLEDGE ACQUISITION (1920-1930)

ABSTRACT: This article is in the scope of Cultural History and aims to discuss the representations and practices of literacy and reading teaching in the decades of 1920/30. Document sources allowed us to see two recurring approaches on speeches aimed at parents and educators. On the one hand, there is concern with the initial teaching of reading supporting materials and methods capable to teach reading and writing in an efficient, productive, quick and intelligent way. On the other hand, there is concern with the purposes of reading, in which reading was taken as a good in itself by providing access to knowledge, updating the reader, the inculcation of values, pleasure and entertainment.

Keywords: Reading. Literacy. Purposes of Reading. History of Education.

Introdução

O artigo se insere no âmbito da História Cultural, na vertente defendida por Chartier (1990), que propõe os conceitos de representação, apropriação e prática como ferramentas teóricas para a reconstituição da memória coletiva. Ao recortar a leitura como objeto de estudo o fizemos por entender a sua importância no contexto da história da educação, o que nos permitiu captar e conferir visibilidade para práticas educativas que tiveram lugar em Montes Claros, cidade situada no norte do estado de Minas Gerais. Ao

¹ A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. O projeto de pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Unimontes, sob parecer 2522, em conformidade com a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

² Professora do Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais DMTE/Unimontes. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Linguagem GEPEL/Unimontes. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/Unimontes email:geisa.veloso@unimontes.br

selecionar as práticas como eixo de discussão, apoiamo-nos em Hebrard (1996), ao afirmar que, por longo período, a História da Educação dedicou-se a aspectos políticos da evolução dos sistemas escolares e, somente nas últimas décadas, abriu-se ao estudo dos saberes transmitidos e às modalidades de sua transmissão. Nesse sentido, o artigo tem por objetivo discutir representações e práticas de alfabetização e de ensino da leitura entre as décadas de 1920 e 1930, considerando que, no contexto histórico tomado como referência, a habilidade de ler era ferramenta necessária à modernidade e à civilização.

Neste contexto teórico, procuramos responder a que usos visaram à alfabetização e o ensino da leitura, no contexto da modernidade pretendida para a cidade de Montes Claros, nas primeiras décadas do século XX. Consideramos que esta é uma tarefa importante para a história da educação, posto não ser possível naturalizar a ideia de que saber ler e escrever, em qualquer tempo e lugar significou as mesmas capacidades e competências.

Ao historiar a leitura no contexto francês, Hebrard (2000) afirma que a ordem da antiga aprendizagem produziu competências que têm pouco a ver com o que hoje se chama saber ler e saber escrever. Ainda conforme o autor, entre os anos de 1833 e 1842 ocorreram mudanças significativas nas práticas de ensino, em que a leitura e a escrita passaram a ser ensinados de forma simultânea. Ao mesmo tempo em que aprendiam a escrever, os alunos aprendiam a leitura, que possibilitaria ao leitor ir além dos textos adquiridos oralmente e acessar os significados inscritos nos textos desconhecidos.

Hebrard (2000) lembra que, no século XIX, o ensino da leitura passa a incluir o ensino da escrita e o esforço escolar consistia em promover uma pedagogia que não se limitasse a ler somente, mas ligasse leitura e escrita. E nesse contexto, o ensino da leitura pode ser analisado a partir de 3 (três) finalidades diferentes: a catequese; a atividade de redigir e não apenas copiar textos; a atividade de leitura e escrita como meios para adquirir outros conhecimentos e não como simples metas da escolarização. Considerando estas finalidades, o autor lembra que a igreja católica pensou a alfabetização generalizada como ferramenta para a catequização, mas após a revolução francesa, os governos do século XIX procuravam prevenir agitações por meio da instrução e da civilização dos costumes e espíritos. Pela promoção de livros edificantes e instrutivos, a escola deveria possibilitar o compartilhamento de emoções, ideias e valores (HEBRARD, 2000).

É assim que, segundo Hebrard (2000), no final do século XIX, após o aprendizado da decifração, os alunos passavam para o livro de leituras que reunia saberes úteis. No entanto, na última década do século XIX, surgiu um novo modelo de ensino, que tenta aproximar a cultura primária das práticas desenvolvidas no secundário. E, assim, o livro de leitura é aliviado dos textos informativos (de aprender) e enriquecido por textos literários (de entender) – textos que pretendem fazer gostar de ler, pelo gozo e descanso que proporcionavam (HEBRARD, 2000).

Hebrard (2000) lembra que, neste contexto, a leitura assume papel central para formar professores e, por seu intermédio, formar as crianças do povo. A crença era de que, se as crianças da elites e as crianças do povo frequentassem os mesmos autores e textos, isso seria importante elemento de unidade nacional. “A ciência podia instruir as inteligências, exercitar a razão e fazer acreditar no progresso, mas não podia formar, ao mesmo tempo, a sensibilidade e a consciência moral” (HEBRARD, 2000, p. 70). Assim, a leitura literária ganha espaço, por ser capaz de produzir esses aprendizados. No secundário era preciso superar a tradição da retórica e fazer crer que as elites poderiam ser formadas pela leitura literária em francês. Para isto foi forjada uma doutrina e foram inventados exercícios escolares apropriados, como a prática da leitura explicada. No entanto, na escola

primária, os textos não precisavam ser explicados, bastava que o aluno fizesse a leitura expressiva, para fazer sentir.

Para Hebrard (1996), das reformas do Século das Luzes até as expressões do século XIX, cada política educativa estava plenamente convencida de que o ensino da leitura era um meio de transformar os valores e os hábitos dos grupos sociais que são o seu alvo. Nesse contexto, são três as finalidades da leitura moderna: leitura-saber (enciclopédia), leitura edificante (relato moralizador), e leitura por amor ao texto.

Ao analisar as fontes documentais para reconstituir elementos da historiografia da educação em Montes Claros, nas primeiras décadas do século XX, captamos representações que, de certa forma, dialogam com essas questões discutidas por Hebrard (1996; 2000). Como fontes documentais utilizamos o jornal *Gazeta do Norte*, periódico montes-clarense publicado semanalmente, entre 1918 e 1962, sendo que os discursos foram confrontados com concepções e práticas disseminadas em artigos da *Revista do Ensino-MG*.

Por essas escolhas, tornou-se possível captar representações e práticas produzidas em Montes Claros, revelando faces modernas da leitura, em que livros e leitura passam a ser pensados como possibilidades para aquisição de conhecimentos, moralização, fruição e prazer do leitor.

Visando conferir visibilidade para essas representações, o presente artigo, inicialmente, discute as finalidades atribuídas ao ensino da leitura no âmbito da cidade de Montes Claros, em consonância com as orientações da reforma Francisco Campos, que prescreve a utilização do método global de contos ou historietas para alfabetizar as crianças na escola primária. Posteriormente, por meio de um movimento sincrônico de análise da realidade, apresentamos representações de leitura que circularam na capital mineira, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

As finalidades atribuídas ao ensino da leitura

No contexto montes-clarense, as ideias disseminadas no jornal *Gazeta do Norte* dialogam com o contexto mais amplo e, por influência do movimento da Escola Nova, passam a defender a necessidade de aprender a ler de forma produtiva, compreensiva e reflexiva, sendo este um aprendizado que deveria se iniciar com a alfabetização e a escolha do melhor método. Os discursos indicam a necessidade de rever metodologias de alfabetização e adotar o método global de contos, em substituição aos métodos sintéticos, até então utilizados. Aprender a ler não era apenas uma obrigação escolar, mas se constituía como ferramenta necessária ao acesso aos conhecimentos codificados pela escrita, sem desconsiderar o prazer de ler.

No Brasil, essas representações foram disseminadas nas décadas de 1920-30, por influência da Escola Nova, que defendia a educação científica e integral, em que a renovação das práticas educativas deveria considerar a centralidade na criança e o atendimento a seus interesses e necessidades. Em Minas Gerais, em 1927 foi implantada a Reforma Francisco Campos que pretendia a renovação do ensino e, no seu bojo, prescreveu a adoção do método analítico global de contos ou da historieta, em que as práticas efetivas de leitura deveriam ultrapassar a mera decifração, para visar à significação e a leitura inteligente dos textos, desde o início da alfabetização. A *Revista do Ensino*, publicada pelo governo mineiro a partir de 1925, dissemina princípios educativos e procura convencer as professoras sobre a adoção do método analítico e os significados da renovação pretendida.

Em Montes Claros, a primeira referência no jornal Gazeta do Norte na defesa do método analítico para alfabetização é de Helena Santos, aluna do Curso de Aplicação da Escola Normal Oficial de Montes Claros, que no ano de 1933 se posiciona em favor da utilização do método global de contos na alfabetização e apóia-se na Psicologia para alicerçar sua argumentação. “‘A creança age e expressa por sínteses’. Chegou-se, pois, a conclusão de que a leitura deve acompanhar essas estruturas ou sínteses a ser ensinada pelo processo global”. Ainda conforme a normalista, “as observações relativas à creança, os estudos de sua psychologia e as experiências feitas a seu respeito, determinaram uma profunda modificação no ensino, que passou a ser feito por methods globais e em situação total” (SANTOS, 1933, p. 01).

Veloso (2008) indica que, ainda em 1933, no contexto montes-clarense, Alberto Conte afirma a “revolução” operada pela Escola Nova. Em seu artigo, Conte destaca a importância dos métodos de ensino, cujo valor não seria medido pela quantidade de conhecimentos que possibilitavam transmitir em um determinado tempo, mas pelo seu coeficiente educativo. Pelo método analítico de alfabetização, o ensino era globalizado e mais educativo, com maior possibilidade não apenas de ensinar a ler, mas de desenvolver e formar o espírito. Por essa lógica, o que importava no ensino da leitura não era a rapidez da aprendizagem, mas a consequência desse aprendizado para a formação integral da criança (VELOSO, 2008).

Percebe-se que as proposições do jornal Gazeta do Norte refletem discussões teóricas defendidas por Décroly, ao propor o método ideo-visual para alfabetização. No entanto, em seus estudos, Blaslavsky (1988) identifica os fundamentos dos métodos analíticos em Comênio e indica que, posteriormente, alguns autores na França e na Alemanha enunciaram princípios que antecipavam aqueles da “globalização”. A autora afirma que a Psicologia começou a se ocupar da leitura no quadro do Paidocentrismo, em que se pesquisavam as diferenças entre o pensamento da criança e do adulto. A ideia aceita era de que o adulto analisa, enquanto que a criança recebe noções em bloco. Segundo Blaslavsky, este conceito, fundado no sincretismo, foi utilizado nas primeiras experiências realizadas por Décroly-Degand, em 1906, com o ensino por palavras inteiras. A esta interpretação, Décroly acrescenta a ideia dos “atos globais”, fazendo a defesa da globalização no processo de alfabetização.

Frade (2007) afirma que, no Brasil, embora haja menção aos métodos analíticos, desde o final do século XIX, parece que, somente na década de 1930, seja utilizada a denominação “método global de contos ou de historietas”. Conforme a autora, o método global tem o texto como ponto de partida, traz diferentes contribuições de Decroly e considera os seguintes princípios: 1) o interesse da criança; 2) a globalização; 3) a percepção visual como atividade predominante; 4) a leitura por ideias e não por sinais gráficos; 5) o caráter natural da leitura, que funciona como aquisição da linguagem falada. Mortatti (2000) afirma que, no Brasil, o método analítico foi proposto sob forte influência da pedagogia norte-americana e baseava-se em princípios didáticos derivados de uma nova concepção de criança, compreendida como ser biopsicofisiológico, cuja forma de apreensão do mundo era entendida como sincrética. A despeito das disputas sobre as diferentes formas de processuação do método analítico, o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo” – a palavra, a sentença, ou a “historieta” –, para depois se proceder à análise de suas partes constitutivas.

Mortatti (2006) ainda afirma que, em São Paulo, o processo global de contos, baseado na “historieta” foi institucionalizado em 1915, mediante a publicação das *Instruções práticas para o ensino da leitura pelo método analítico – modelos de lições*, documento da Diretoria Geral da Instrução Pública/SP. Nesse documento, a “historieta” era compreendida como

um conjunto de frases relacionadas entre si por meio de nexos lógicos, sendo tomada como núcleo de sentido e ponto de partida para o ensino da leitura. Em Minas Gerais, Frade e Maciel (2006) afirmam que a Reforma Francisco Campos (1927-1928) produziu uma mudança paradigmática em relação ao ensino da leitura e da escrita, por negar os métodos sintéticos e prescrever a utilização do método analítico nas escolas primárias. As autoras consideram que, ao definir o global de contos ou historieta como único método a ser adotado pelas escolas, o governo mineiro interferiu no processo de alfabetização, fato que contribuiu para demarcar disputas por métodos e resistência das professoras em relação à sua utilização. Frade e Maciel (2006) apontam que essa resistência pode ser explicada pela ausência de material didático adequado aos pressupostos do método global de contos – acostumadas com o uso de cartilhas, as professoras se viram sem suporte pedagógico para ministrarem suas aulas.

Mortatti (2006) lembra que, em São Paulo, as resistências dos professores quanto à utilização do método analítico aumentaram a partir de meados da década de 1920, momento em que foram buscadas propostas de solução para os problemas do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita. Apesar das resistências, a autora lembra que os defensores do método analítico continuaram a utilizá-lo e a propagandear sua eficácia.

Em Montes Claros, constatamos que a divulgação do método global e a defesa de suas vantagens foi realizada por sua Escola Normal Oficial, que encontrou espaço de divulgação no jornal *Gazeta do Norte*. Ao apresentar argumentos favoráveis ao método global de contos, a normalista Helena Santos, aluna do Curso de Aplicação, discute duas finalidades para se aprender a ler: a primeira finalidade é considerada intrínseca à leitura e consiste em dotar o aluno do mecanismo dos sinais gráficos necessários à aquisição e transmissão de conhecimentos; já a segunda finalidade é extrínseca à leitura e própria da educação e implica a formação de hábitos de leitura para a aquisição de experiências relativas a todas as atividades do ensino.

Ao apresentar as finalidades da leitura, a ideia é que, ao aprender a ler, o indivíduo adquire uma técnica ou mecanismo pelo qual, através de sinais gráficos, pode adquirir e transmitir conhecimentos, visando principalmente à criação de hábitos de investigação e pesquisa por meio da consulta aos livros. Desta forma, ensinar a ler implica ensinar habilidades que permitam ao aluno utilizar a leitura para adquirir novos conhecimentos.

A aprendizagem da leitura tem por fim fornecer ao indivíduo, através de sinais gráficos, uma técnica ou mecanismo de aquisição e transmissão de conhecimentos, visando ainda, e principalmente, a criação de hábitos de investigação e pesquisa por meio da consulta aos livros. São esses seus objetivos, afastando-se dos quais o professor deixa de dar a essa importante disciplina o carácter que realmente deve ter.

Nos processos de investigação a leitura é um auxiliar do aluno na aquisição de novos conhecimentos, especialmente dos relativos às demais matérias do curriculum, tornando-se necessário o seu aproveitamento desse mister para boa compreensão de seu valor pelo aluno. (SANTOS, 1933, p. 01).

Idoleta Maciel, também aluna do Curso de Aplicação da Escola Normal Oficial de Montes Claros, reafirma a ideia de que a leitura não tem um fim em si mesma, mas visa permitir o acesso aos conhecimentos. Pelo uso da linguagem, considerada como conjunto de sinais gráficos e como instrumento de comunicação, o ser humano poderia transmitir pensamentos, ideias, sentimentos. “Dôres, alegrias, desejos, idéas, todas as atividades de

nosso pensamento permaneceriam latentes, seriam ignoradas, si não possuíssemos uma linguagem para external-as”. O papel da linguagem era de “grandeza inestimável”, posto que “a linguagem permite ao homem rever os thesouros de sabedoria legados pelas gerações passadas” (MACIEL, 1933, p. 01).

Nesse contexto, o livro assume papel fundamental, não apenas por preservar os conhecimentos a serem acessados pela leitura, mas também por alimentar o espírito, favorecer a inculcação de valores, educar o leitor. Em discurso de formatura, Geraldina Alves, aluna da Escola Normal Oficial de Montes Claros, se pronuncia sobre o livro e as possibilidades de aprendizagem nele inscritas.

Quantas noites passamos ao pequeno clarão de uma pallida luz, tendo a frente o amiguinho dedicado – o livro – sim, o nosso querido livro, em cujas paginas procurávamos já cansadas e fatigadas, assimilar para desempenharmos o nosso dever para com os professores. Os livros, segundo Vieira, “são os mestres mudos, que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, reprehendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos. Nelles forma-se o espirito, nutre-se a alma com os bons pensamentos e o coração experimenta um prazer tão agradável, que só sabe avaliar quem chegou à fortuna de possuil-os”. (ALVES, 1927, p. 4, aspas no original)

O livro era compreendido como possibilidade educativa, que promovia o acesso ao conhecimento, aos valores morais e a momentos de prazer. Em 1925, o jornal Gazeta do Norte já houvera defendido que as mães deveriam assumir o seu papel como “mães *physicas*” e “mães *moraes*”. Para tanto, deveriam dedicar tempo aos filhos, para “contar-lhes histórias edificantes, aprimorando-lhes a alma e o coração pelo recurso à leitura”. Quando as mães assumirem o “encantador encargo de ler, nas horas vagas alguma história edificante, contos escolhidos, às creancinhas, fazendo depois comentários e explicações, veremos quão surprehendedentes resultados obteremos em pouco tempo” (GAZETA DO NORTE, 1925, p. 01).

Em matéria assinada por Z, a leitura é tomada como parte integrante da vida social, uma prática necessária à inserção dos sujeitos na sociedade. O autor discute as diferentes finalidades para a leitura – para passar o tempo, para distração do espírito, para a busca de maior conhecimento da vida em suas múltiplas manifestações –, e considera que todas essas finalidades são boas e recomendáveis (GAZETA DO NORTE, 1941, p. 04).

O habito da leitura é uma exigência da própria vida. Aquele que não lê, que não procura acompanhar o movimento das ideias, a sucessão dos acontecimentos, relega-se a um plano secundário, coloca-se a margem da vida social, pôde mesmo chegar a se um estranho dentro da sociedade de que é parte integrante.

Há porem finalidades diferentes na leitura. Uns lêem para passar o tempo, procurando não sentir o lento escoar das horas. Outros lêem por mera distração do espírito, tentando viver as cenas que o autor lhes sugere. Um certo número de leitores busca na leitura maior conhecimento da vida em todas suas múltiplas manifestações, em todos os seus variados aspectos, desejando encontrar explicações ou simples sugestões. (GAZETA DO NORTE, 1941, p. 04).

Nas representações disseminadas o ato de ler era alvo de preocupação dos montes-clarenses, que produzem reflexões sobre as finalidades da leitura. No âmbito da escola, a preocupação volta-se para a escolha do melhor método de alfabetização e para as finalidades escolares da leitura. Para além do aprendizado do código escrito, era necessário pensar a leitura como possibilidade de adquirir valores, fortalecer o espírito, acessar o mundo da cultura e dos conhecimentos científicos. Daí a necessidade de se garantir a aprendizagem, a formação do gosto e do hábito da leitura, como também o acesso dos alunos a uma adequada seleção de textos.

Para além das práticas escolares, a leitura foi discutida como prática necessária ao mundo social, sendo apontadas outras finalidades para o ato de ler, que também possibilitaria ao leitor condições para atualizar-se e para usufruir horas de lazer. Apesar de compreender que a finalidade primeira da leitura era o acesso ao conhecimento, o jornal Gazeta do Norte entende ser saudável a prática da leitura como lazer, por evitar a ociosidade e os vícios.

Ler por mera distração do espírito, sem visar qualquer aproveitamento pratico da leitura, pode também não ser o melhor objetivo da leitura. Mas, inquestionavelmente, é muito melhor do que a inteira ociosidade, em que o pensamento se escapa, chegando a formar estados da alma perniciosos. (GAZETA DO NORTE, 1941, p. 04).

Ao analisar publicações da Revista do Ensino, percebe-se que esta discussão é recorrente nas décadas de 1920-1930. Em diferentes ocasiões a revista propõe o debate acerca de métodos de alfabetização e das finalidades da leitura na escola e no mundo social. Firmino Costa, Diretor Técnico do Curso de Aplicação da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, afirma que a relação positiva com os livros e a leitura dependia da atuação docente. “Si a professora não sabe amar os livros, si não alimenta a sua intelligencia com o estudo, si enriquece o seu corpo e deixa pobrezinho o seu espírito, então, ella poderá ensinar a ler, não ha duvida, mas seu ensino não terá dado ao alumno o amor da leitura” (COSTA, 1929, p. 43).

No movimento da Escola Nova, a centralidade da criança não diminuía o espaço de atuação do professor, que assumia lugar importante no ensino da leitura. A ele caberia demonstrar gosto por livros e leitura e influenciar a criança a se tornar leitora. Mas o comportamento leitor não era suficiente, sendo que a Revista do Ensino também defendeu a necessidade se utilizar o melhor método e os melhores materiais para ensinar a ler. E nas disputas por métodos de alfabetização, Firmino Costa defende o método ideo-visual de alfabetização idealizado por Decroly, por favorecer a compreensão dos conteúdos presentes no texto e ir além da decifração do código, permitindo o processo de pensamento e percepção da criança, que era globalizante (COSTA, 1929, p. 44).

Em defesa do método global, Lucia Schimidt Monteiro, em 1930, destaca as vantagens relacionadas à leitura inteligente, enquanto os métodos sintéticos produziam a memorização de fragmentos e uma leitura mecânica das palavras. Em 1931, a professora Filocelina Almeida defende o método global como mais prático e mais vantajoso, porque consistia em apresentar a história toda para as crianças, depois de haver conversado com elas para provocar-lhe a necessidade de usar a linguagem. Os diferentes estímulos oferecidos pelo método global despertavam o interesse, criando situações reais e favoráveis à reação das crianças. Em suas palavras:

O ensino da leitura deve obedecer as normas psicológicas do método global, ideo-visual, preconizado pelos modernos educadores, que favorece o desenvolvimento da linguagem infantil, as grandes extensões de percepções, a antecipação de idéias, etc; enfim, dá ênfase à interpretação inteligente do trecho lido. (ALMEIDA, 1931, p. 89).

Em relação aos materiais didáticos, aos processos de leitura e sua utilização na aprendizagem, ainda em 1926, Claudio Brandão se ressentia da falta de uma “selecta inteligentemente organizada para a leitura”, mas considerava que o “tino do professor pôde remediar a falta escolhendo trechos acessíveis à inteligência do aluno e capazes de interessá-lo” (BRANDÃO, 1926, p. 06). O professor Brandão também lamenta que os livros destinados à leitura ainda se distanciassem do ideal pedagógico. “Muitos delles, além da feitura antiesthetica, peccam pela escolha dos trechos e dos assumptos e pela distribuição dos mesmos” (1926, p. 6). Para remediar este problema e fazer uma escolha adequada de textos, Claudio Brandão recomenda que ao fazê-lo o professor “não se limite, porém, a um só gênero literário. Varie quanto possível os themes das licções, dando ora uma narrativa, ora uma descrição, ora um perfil, em espécimes alternados de prosa e poesia” (1926, p. 06-07).

“Ensinar o povo a ler para que elle tire da leitura o máximo proveito social e econômico” é o objetivo supremo da educação popular, afirma Firmino Costa (1929, p. 43). Ainda em 1929, a Revista do Ensino publica artigo do *Manual Général de Instructione Primaire* em que, citando Alain, Issauriat (1929) afirma que não era qualquer tipo de leitura que seria capaz de produzir benefícios para o leitor, era necessário saber ler com fluência, ritmo e entonação. Por meio da leitura a criança poderia acessar os conhecimentos inscritos nos textos.

Mas, para isso, é mister saber lêr facilmente, vivamente, sem esforço, de modo que o espirito se destaque da letra e se atenha ao sentido. Si o menino sae da escola, ainda balbuciando e gaguejando, não terá gosto da leitura. Até esquecerá o pouco que sabe... (ISSAURIAT, 1929, p. 92).

Dada a complexidade do ato de ler, o autor considera que o leitor deveria desenvolver a habilidade de leitura fluente. “(...) Lêr-se-ia a história, a geografia, a hygiene, a moral; e se se retivesse de todas essas leituras exclusivamente a arte de lêr, eu julgaria isso suficiente” (ALAIN citado por ISSAURIAT, 1929, p. 92).

A Revista do Ensino também destaca o valor da leitura na veiculação de valores morais e para a formação das pessoas:

Na escola não se deve ter em vista, apenas, a parte mecânica da leitura: é indispensável ir até a sua essência e compreender, enfim, o seu papel nas sociedades humanas e a influência que pôde exercer na formação dos indivíduos.

Preenchamos, pois, as horas vagas do futuro, fazendo com que as crianças do presente lêiam. Do habito da bôa leitura depende a felicidade de muitos lares, a supressão de muitos vícios, o florescimento de muitas virtudes. (REVISTA DO ENSINO, 1933).

Estes discursos revelam defesas feitas pelos educadores escolanovistas, para os quais ler constituía-se como atividade fundamental, dado o potencial educativo dos livros, sendo que o prazer da leitura produziria a adesão da criança. Ao discutir a reforma do ensino no contexto da capital federal, Vidal (2001) afirma que, na década de 1930, os livros eram classificados em 2 categorias: livros de informação ou didáticos, que serviam para ministrar noções e auxiliar o trabalho de classe; livros de literatura, divididos entre os que serviam para despertar o gosto de ler – como os livros de estampas, álbuns de histórias e folhetos diversos –; e os que serviam para aprendizagem e cultivo da leitura – como os livros de história, cantos, seletas, romances, revistas e jornais.

O discurso escolanovista não se ocupou, apenas, em normatizar o livro, atentando para seu aspecto material e de conteúdo. Uma nova explosão de falas sobre a leitura apontava uma nova sensibilidade. A leitura prazerosa, muitas vezes identificada com a literatura, podia ser reencontrada no trabalho e na escola. (VIDAL, 2001, p. 2007).

Vidal destaca que, na década de 1930, a associação aos novos métodos de ensino ativo, como excursões, jogos, exercícios físicos, parecia afastar o livro como recurso didático das salas de aula. No entanto, o repúdio ao livro era inimaginável. Corpo perfeito e mente disciplinada eram objetivos que ganharam centralidade na educação carioca, por um processo em que os hábitos higiênicos velariam por um corpo perfeito, mas somente a leitura e o estudo possibilitariam o desenvolvimento do pensamento racional e científico. “A leitura destacava-se na formação intelectual dos educandos: ‘meio’ de acesso à informação e elemento formador da mente infantil” (2001, p. 201 – grifo da autora). Neste contexto, acessar e conhecer a experiência acumulada nos livros era compreendido como condição de possibilidade para se construir experiências individuais. Para Vidal, a investida contra o livro era compreendida por Fernando Azevedo como ignorância ou má fé.

Considerações Finais

Neste artigo, discutimos representações produzidas em Montes Claros, procurando entender o papel atribuído aos livros e à leitura que, nas primeiras décadas do século XX, influenciados pelo Movimento da Escola Nova, passam a ser compreendidos a partir de uma perspectiva distinta, servindo-se como suporte tecnologias para a aquisição de conhecimentos e a moralização, mas, também, como possibilidade para a fruição estética da linguagem e o prazer do leitor. Como parte do processo de modernização, no bojo da renovação das práticas de ensino, a Escola Nova aponta para e novas finalidades para a leitura e para novos métodos de alfabetização.

Assim, em Minas Gerais, no âmbito da Reforma Francisco Campos (1927-1928), em substituição às metodologias sintéticas, o governo mineiro impôs a adoção do método de alfabetização global de contos ou historietas, considerado como mais adequado ao ensino, por apoiar-se no conhecimento científico, sobretudo na Psicologia. Assim, por orientar-se pela ciência, esta metodologia se adequava aos processos mentais das crianças, permitindo que aprendessem a ler e escrever, apropriando-se de condições para se tornarem leitores proficientes e capazes de fazer frente às demandas por leitura.

No contexto da cidade de Montes Claros, a leitura se apresentou como elemento importante das representações produzidas, sendo possível constatar pelo menos duas

abordagens recorrentes nos discursos dirigidos aos pais e educadores. De um lado, há uma grande centralidade nos processos de ensino inicial da leitura e, nesse caso, os discursos revelam uma preocupação com os materiais e os métodos de alfabetização, que deveriam ser capazes de ensinar a ler e escrever de forma eficiente, produtiva, fluente e inteligente. E nesse contexto, em consonância com as prescrições oficiais, a Escola Normal Oficial de Montes Claros e o jornal Gazeta do Norte passam a disseminar representações e práticas em que se prescrevia a utilização do método global de contos ou historieta, visando à qualidade da alfabetização.

Por outro lado, para além da codificação e decodificação dos textos, os discursos sinalizam uma preocupação com as práticas de leitura e as finalidades do ler, contexto em que a leitura era tomada como um bem em si, sendo necessária a seleção adequada de um conjunto de textos e de materiais impressos que se mostrassem capazes de despertar o interesse dos alunos pela leitura. Tal seleção que se iniciaria na alfabetização, mas que deveria ser contínua para se garantir a formação da criança e do leitor.

Neste contexto de idealização do ato de ler, eram poucas as restrições à leitura, posto que, nas representações dos educadores, os materiais impressos destinados às crianças, por menos recomendáveis que fossem, guardavam a possibilidade de ensinar algo a quem o lia e, assim, contribuir para se atingir as finalidades modernas da leitura: ler para adquirir conhecimentos, ler para adquirir valores morais, ler por prazer e amor ao texto.

Referências

BRASLAVSKY, B. O método: panacéia, negação ou pedagogia? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 66, ago. 1988.

CHARTIER, R. *História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil, 1990.

FRADE, I. C. A. S. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 32 - n. 01, p. 21-40, 2006. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em: 15 out. 2013.

FRADE, I. C. A. S.; MACIEL, F. I. P. O Livro de Lili em Minas Gerais: hegemonia didática e suas influências. In.: FRADE, I. C. A. S.; MACIEL, F. I. P. (orgs). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FAE. 2006. p. 95-116

HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da História Cultural. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2000. p.33-78.

HÉBRARD, J. O autodidatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler? In.: CHARTIER, R. (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 35-74.

MORTATTI, M. R. L. *História dos métodos de alfabetização no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>.
Acesso em: 15 out. 2013.

VELOSO, Geisa Magela. *A missão “desanalfabetizadora” do jornal Gazeta do Norte, em Montes Claros, 1918-1938*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

Fontes Documentais

ALVES, Geraldina. As festas das novas normalistas. Discurso da alumna Geraldina Alves. Montes Claros: *Jornal Gazeta do Norte*: semanário literário e independente. Ano IX. no 508. 1e de fevereiro de 1927. (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

ALMEIDA, Filocelina da C. Matos. O ensino da leitura. *Revista do Ensino*: Orgam Oficial da Inspectoria da Instrução. Belo Horizonte. Belo Horizonte Ano VI. n° 59, 60, 61. Julho, Agosto e Setembro de 1931.

BRANDÃO, Claudio. O ensino da leitura e do vocabulário. *Revista do Ensino*: Orgam Oficial da Inspectoria da Instrução. Belo Horizonte. Ano II. n. 10. Janeiro de 1926. (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

CONTE, Alberto. Por que a Escola Nova é uma revolução pedagógica. Montes Claros: *Jornal Gazeta do Norte*: semanário literário e independente. Ano XVI, n° 912. 05 de maio de 1934.

COSTA, Firmino. O ensino da leitura. *Revista do Ensino*: Orgam Oficial da Inspectoria da Instrução. Belo Horizonte. Ano IV. n. 29. Janeiro de 1929. (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

GAZETA DO NORTE. A. das mães de família. Montes Claros: *Jornal Gazeta do Norte*: semanário literário e independente. Ano VII. n° 377, 12 de setembro de 1925 (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. Registro social. Montes Claros: *Jornal Gazeta do Norte*: semanário literário e independente. Ano XXIII. n° 1264, 07 de junho de 1941. (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

OLIVEIRA, Júlio. O systema Decroly. *Revista do Ensino*: Orgam Oficial da Inspectoria da Instrução. Belo Horizonte. Belo Horizonte Ano III. n° 26. Outubro de 1928

ISSAURIAT, H. Daqui e dali - A leitura. *Revista do Ensino*: Orgam Oficial da Inspectoria da Instrução. Texto traduzido do Manual Général de Instruction Primaire. Belo Horizonte.

Ano IV. n. 41. Janeiro de 1930. (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

REVISTA DO ENSINO. Horas vagas. *Revista do Ensino*: Organ Oficial da Inspectoria da Instrução. Daqui e dali - A leitura. Belo Horizonte: imprensa oficial, ano VII, nº 90-91, Julho de 1933(Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

SANTOS, Helena. Columna Pedagógica: o pré-livro e a globalização. Montes Claros: *Jornal Gazeta do Norte*: semanário literário e independente. Ano XV. no 855. 18 de março, 1933. (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).